



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido Socialista**

PA 02/ALRAA/20/2020

janeiro/2025



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Cedência de bens a título de empréstimo – não valorizadas a valores de mercado (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP).....	8
Assim sendo, mantém-se as seguintes irregularidades:	14
2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	15
2.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)	17
3. Decisão	20



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	PS – Partido Socialista
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do PS – Partido Socialista
PS	PS – Partido Socialista



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Socialista**, daqui em diante designado por **PS**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Cedência de bens a título de empréstimo – não valorizadas a valores de mercado (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Por seu turno, os bens cedidos a título de empréstimo são considerados para efeitos do limite previsto no n.º 4 do artigo 16.º, como receitas e como despesas de campanha pelo seu valor corrente de mercado, e discriminados como referem as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 12.º, ambos da Lei n.º 19/2003.



Tais cedências devem ser consideradas pelo seu valor corrente de mercado, conforme o disposto no n.º 5, do artigo 24.º da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003) e devem respeitar o limite previsto no n.º 3, do artigo 7.º da mesma Lei.

Feito este enquadramento, e para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pela Candidatura e os preços praticados no mercado é necessário que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, foi registada no “Mapa M5 – Receitas de Campanha – Cedência de bens a título de empréstimo” e no “Mapa M14 – Despesas de Campanha – Cedência de bens a título de empréstimo” a cedência de uma viatura “Renault JL (Trafic)” de 9 lugares, com matrícula “13-BN-26”, pelo período compreendido entre 27/08/2020 e 23/10/2020 (57 dias), com o valor diário de 45,00€, e suportada por uma declaração emitida pelo cedente “Henrique Humberto Ferreira Resende”, por um recibo e por cópia dos documentos de registo da viatura em causa (fls. 39, 45, 46 e 63, todas do PA e fls. 80 a 83 do Anexo I do PA).

O cotejo entre os valores de mercado contantes do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “5 – Meios de transporte”, subponto “5.1.3. – Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 152,03€ a 50,00€”, da Listagem n.º 2/2020, e o valor diário do veículo supra identificado permitiu verificar que este valor se encontra 5,00€ abaixo do limite mínimo.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta cedência de bem a título de empréstimo se afigura como razoável/justificada.



Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado.

A comparação de preços de bens ou serviços utilizados na campanha eleitoral com a tabela de preços indicativa emitida pela ECFP (listagem n.º 2/2020), pode inferir em situações não comparáveis, uma vez que:

- a) A Tabela emitida pela ECFP, como o próprio título indica, é meramente indicativa;*
- b) Foi elaborada, com base em preços médios de meios de campanha e propaganda política não se sabendo se esses preços médios cobrem todas as zonas do país e todos os tipos de variantes dentro de cada meio de propaganda;*
- c) Dentro de cada categoria de meios pode existir uma grande variedade quer quanto a materiais de que são produzidos, quer quanto a dimensões, quer quanto ao seu estado de conservação ou período de vida útil já decorrido;*
- d) Não contempla diferenciação de preços por zonas do país - continente e ilhas - nem em função de quantidades adjudicadas.*

Os valores das despesas apresentadas foram efetivamente os preços contratados com os fornecedores tendo havido sempre a preocupação de poupar dinheiro nas campanhas que nos parece, até porque estão em causa dinheiros do erário público, que deveria ser sempre uma das preocupações das campanhas eleitorais.

Mas o Partido Socialista tem vindo a prosseguir, com toda a convicção e energia política, um caminho de redução dos custos eleitorais, nomeadamente no referente a custos unitários do material e dos serviços de campanha, o que tem vindo a ficar patente nas despesas globais das sucessivas campanhas eleitorais apresentadas a juízo das entidades competentes.

Não devendo esse esforço de boa gestão ficar limitado pela suposta obrigação de cumprir os tectos máximos dos valores unitários apresentados pela ECFP, de resto meramente indicativos, mas sim levar a uma explicação cabal das condições objetivas que propiciaram uma negociação mais bem-sucedida por parte do Partido Socialista, o que em nenhum caso se deve recusar como imprópria ou ilegal. E essa explicação é adiante afirmada e reforçada.

Importa ter em conta as condicionantes a que está entregue a realização de uma campanha eleitoral, seja no quadro dos benefícios decorrentes do seu planeamento adequado e atempado, no sentido da obtenção de preços mais favoráveis, seja na necessidade de ajustamento tático a circunstâncias políticas supervenientes ou a iniciativas de partidos políticos adversários, no que respeita à exigência de realização de iniciativas e despesas não previstas e urgentes, o que pode, por vezes, traduzir-se em inevitáveis agravamentos dos custos base.

Consoante a capacidade negocial da campanha, e os locais onde se desenrolaram os diversos eventos, o material, tipo e configuração dos meios, assim também há variações de preços de meios de distrito para



distrito, bem como do continente para regiões autónomas, como é o caso. Tudo isto, resulta da própria dimensão de campanha do Partido Socialista, mas também da capacidade negocial e dos objetivos de contenção de custos que o Partido erigiu em orientação política interna.

O PS, apenas recorre ao mercado e às empresas que estabelecem os preços mais favoráveis, o que está verdadeiramente errado é a tabela meramente indicativa e de referência, indicada pela ECFP, que além de errada e fora da realidade comercial, pode provocar - em algumas situações - distorções de mercado, com violação das leis antitrust, por induzir as empresas a práticas colusivas, ou seja, induzindo as empresas a praticar o mesmo preço, aniquilando por completo a livre concorrência.

Há vários fornecedores cuja relação comercial tem alguns anos e a dimensão de várias campanhas permite economias de escala, conseguindo-se assim melhores preços. Mal seria se o PS não procurasse usar na negociação esses fatores diferenciadores.

É o caso da faturação da EGA, Rego Costa & Tavares / Rent a car Ilha Verde, Autatlantis Rent a Car, Escola de Condução Ilha 3 Lda, Viaturpico, Ida, Enterprom, Empresa Diário Porto Lda, Amertema Lda, em que o PS negociou um preço conjunto para uma série de eventos do mesmo tipo, em lugar de ajustar preços unitários para cada uma das realizações.

4.1. O valor de 45€ que se encontra apresentado foi calculado com base na referência dos valores apresentados pelas outras empresas que forneceram serviços idênticos, ou seja, como se pode verificar as viaturas com esta tipologia foram contratualizadas a valores entre os 38,13€ e os 41,30€ desta forma apresentou-se o valor de cedência nos 45€.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alegou que o valor de 45,00€ foi calculado com base em valores apresentados por fornecedores que disponibilizaram serviços idênticos, apresentando para o efeito, a requisição e a 2ª via da Fatura emitida pelo Fornecedor ViaturPico, Lda. relativamente ao aluguer de uma viatura com 9 lugares no período de 13 de setembro a 23 de outubro, de 2020 (40 dias) (cfr. fls. 242 a 244 do PA), da qual resulta o valor diário de aluguer de 41,30€, informação já disponibilizada anteriormente (cfr. fls 131 verso e 132 do PA).

Ora, com base na Listagem n.º 2/2020, os meios de transporte com estas características encontram-se, para viaturas acima de 7 lugares, no intervalo de preço por dia, entre 50,00€ e 152,03€, e se o aluguer for ao mês entre 1.771,20€ e 2.395,20€ (o que representa um valor diário entre 59,04€ e 79,84€).



Para além do alegado e da documentação de suporte apresentada pela Candidatura no âmbito do contraditório e da documentação de suporte existente nos presentes autos, importa ainda ter em consideração um conjunto de elementos que a ECFP tem acesso, por conhecimento oficioso, no âmbito dos processos de prestação de contas da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25-10-2020.

Dos presentes autos resulta que a Candidatura recorreu a vários serviços de aluguer de viaturas de 9 lugares, tendo contratado várias empresas para o efeito – Rego Costa & Tavares, Lda. (ilha Verde Rent a Car), Autatlantis Rent a Car, Escola de Condução Ilha 3, Lda. e Viaturpico, Lda., cujo o valor unitário do aluguer de tais viaturas se apresenta num intervalo entre 38,13€ e 41,30€ (cfr fls. 125, 127, 128, 131v, 132, 143 a 144v).

No âmbito da presente eleição outra Candidatura também recorreu a serviços de aluguer de viaturas com características idênticas e juntou documentação relativa a valores praticados por Rego Costa & Tavares, Lda. e Autatlantis, Lda. que evidenciam que o valor unitário do aluguer de viatura (com características idênticas), para aquela Candidatura, se apresenta num intervalo de 40,00€ a 43,00€ (fls. 211 a 213 do PA 1/ALRAA/20/2020).

Tendo em consideração a natureza dos serviços prestados – aluguer de veículos com 9 lugares nas ilhas da Região Autónoma dos Açores - e o facto destes serviços terem sido utilizados por mais que uma Candidatura para a eleição em causa, existindo evidências dos valores apresentados por vários fornecedores, situando-se os preços praticados pelos vários fornecedores abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 (50,00€ valor unitário) para as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, considera-se ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço se encontravam enquadradas pelos valores de mercado daqueles serviços, naquela data. Assim, entendemos que o registo da cedência de bem a título de empréstimo pelo valor unitário de 45,00€, se encontra valorizado a valor de mercado, e, consequentemente, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.



2.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003, são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do n.º 5, do artigo 24.º da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, a Candidatura registou nas contas as despesas a seguir documentadas, concretamente nos mapas “M7 – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa” e digital, “M9 – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” e “M10 – Despesas de Campanha – Brindes e outras ofertas” (cfr. fls.29 conjugada com fls. 46, 48, 49, 51 a 56, todas do PA), cujos valores se encontram abaixo dos valores de referência de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020 (cfr. fls. 123, 125, 127, 128, 131 verso/132, 143, 143 verso, 144 verso, 149 verso a 151, 154 verso/155, 168, 169 a 171, 175/176, 178/179, 189 a 191, 192/193, todas do PA):

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149857	02/09/2020	3.091,88	2.620,24	Postais "Vasco Cordeiro" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché mate de 250Gr, 8000 Qtd., 0,045€/Uni. ; Infomail carta "Terceira" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr, com 3 dobras 28500 Qtd., 0,0502€/Uni. ; Infomail carta "Graciosa" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2200 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Flores" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2500 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Corvo" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 300 Qtd., 0,3€/Uni. ; 2620,24€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€ ; Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149856	02/09/2020	3.023,99	1.074,70	Infomail carta "São Jorge" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 6690 Qtd., 0,09€/Uni. ; Infomail carta "Santa Maria" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 4726 Qtd., 0,1€/Uni. ; 2562,70€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149859	03/09/2020	3.953,00	3.350,00	Infomail São Miguel carta "Vasco Cordeiro" no formato 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 62700 Qtd., 0,0534€/Uni. ; 3350€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	CTT Contacto, S.A.	12395	30/09/2020	4.021,25	1.545,26	Infomail CTT distribuição 53.453 Qtd, peso 7, 0,02891€/uni. 1.545,26€	Infomail - Distribuição de Correio preço por milheiro; 3.2.1. Ilhas até 30grs, preço entre 40,00€ e 50,20€
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149927	21/09/2020	1.980,04	1.678,00	Postais "Corvo" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 200 Qtd., 0,275€/Uni. ; Postais "Flores" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd. 0,075€/Uni. ; Postais "Faial" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 3000 Qtd, 0,059€/Uni. ; Postais "S. Jorge" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2500 Qtd, 0,066€/Uni. ; Postais "Graciosa" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd, 0,075€/Uni. ; Postais "Terceira" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 6000 Qtd, 0,049€/Uni. ; Postais "Santa Maria" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd, 0,075€/Uni. ; Postais "São Miguel" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 8000 Qtd, 0,045€/Uni. ; 1.678,00€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€
Propaganda	CTT Contacto, S.A.	510012513	31/10/2020	3.131,11	1.212,81	Infomail CTT distribuição 6.000 Unid; Peso 7, 0,02891€/Unid. ; Infomail CTT distribuição 29.998 Unid; Peso 13, 0,02891€/Unid. ; Correio contacto 5.955 Unid..peso 13, 0,02891€/Unid. ;	Infomail - Distribuição de Correio preço por milheiro; 3.2.1. Ilhas até 30grs, preço entre 40,00€ e 50,20€
Comícios	Rego Costa & Tavares/Rent a Car	626282	02/10/2020	2.577,12	2.184,00	Aluguer de uma viatura Renault Trafic 29-PZ-41 Ilha Terceira de 9 lugares de 28 de agosto a 23 de outubro (56 dias) a 39€/dia ; 2.184,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (S/IVA)
							7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Rego Costa & Tavares/Rent a Car	626284	02/10/2020	1.932,84	1.638,00	Aluguer de uma viatura Renault Trafic 45-PU-98 Ilha Santa Maria de 9 lugares de 11 de setembro a 23 de outubro (42 dias) a 39€/dia; 1.638,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2304/RC	20/10/2020	1.575,01	1.334,75	Aluguer de uma viatura "Flores" de 9 lugares de 18 de setembro a 23 de outubro (35 dias) a 38,13€/dia; 1.334,75€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2305/RC	20/10/2020	1.170,01	991,53	Aluguer de uma viatura "Ilha Graciosa" de 9 lugares de 18 de setembro a 23 de outubro (35 dias) a 38,13€/dia; 991,53€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Escola de Condução Ilha 3, Lda	120/258	15/10/2020	2.611,84	2.213,42	Aluguer de uma viatura Opel Vivaro 94-VC-47 Angra Heroísmo de 9 lugares de 29 de agosto a 23 de outubro (56 dias) a 39,53€/dia; 2.213,42€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2303/RC	20/10/2020	2.565,00	2.173,73	Aluguer de uma viatura "Ilha São Miguel" de 9 lugares de 27 de agosto a 23 de outubro (57 dias) a 38,13€/dia; 2.173,73€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Amertema- Org. Eventos, Lda	18/494	23/10/2020	5.854,71	1.043,31	Aluguer, montagem e desmontagem som nas viaturas campanha 1.043,31€; 9 Unid; 115,92/Unid.	Aluguer de equipamento: Equipamento de som, preço entre 200,00€ e 3.000,00€
Comícios	Viaturpico, Lda	CV901/2000180	22/10/2020	1.652,00	1.400,00	Aluguer de 2 viatura VW Transporter "Ilha do Pico de 9 lugares de 13 de setembro a 23 de outubro (40 dias) a 41,30€/dia; 1.400,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Brindes	Empresa Diário Porto, Lda	780	22/09/2020	3.835,94	3.078,00	Blocos no Formato 65x120mm, com 25 fls – 51.300 Unid.; 0,06€/Unid.; 3.078,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): Blocos acima de 50000 Unidades, preço entre 0,31€ e 1,72€

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (S/IVA)
Brindes	Enterprom Unipessoal,Lda	1263	15/09/2020	20.442,605	13.845,00	T-Shirts Manga curta branca, logo 1 cor frente até A4 – 15.000 Unid.; 0,923€/Unid. ; 13.845,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 10.000 e 25.000 unidades, preço entre 1,11€ e 2,00€
Brindes	Amertema- Org.Eventos,Lda	18/493	23/10/2020	22.035,00	8.881,36	T-Shirts 155 grs Impressão cor área A 4, 4.000 Unid; 2,22€/Unid ; 8.881,36€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 1.000 e 5.000 Unidades, preço entre 1,20€ e 2,08€

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável/justificada. Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr por todos o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho) nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. E os valores unitários que se encontrem acima do limite máximo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, o seu excesso, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, não corresponde a uma despesa de campanha eleitoral nos termos do art. 19.º, n.º 1 do mesmo diploma.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura o que consta no ponto 2.1. e ainda, em suma, que:



4.2. Há vários fornecedores cuja relação comercial tem alguns anos e a dimensão de várias campanhas permite economias de escala, conseguindo-se assim melhores preços. Mal seria se o PS não procurasse usar na negociação esses fatores diferenciadores.

É o caso da faturação da EGA, Rego Costa & Tavares / Rent a car Ilha Verde, Autatlantis Rent a Car, Escola de Condução Ilha 3 Lda, Viaturpico, Ida, Enterprom, Empresa Diário Porto Lda, Amertema Lda, em que o PS negociou um preço conjunto para uma série de eventos do mesmo tipo, em lugar de ajustar preços unitários para cada uma das realizações.

É também o caso da contratação dos CTT para eventos de grande dimensão que, de acordo com as especificidades dos espaços e formato, assim justificaram uma negociação específica, impossível de enquadrar nas listas de preços referenciais da ECFP).

Tratam-se de serviços tecnicamente especializados, prestados com autonomia funcional e garantia de resultados concretos, identificados contratualmente o que apela a conhecimento do ofício e das particularidades de campanha eleitoral, o que não é tão comum como se pensa encontrar disponível no mercado, ainda mais no mercado regional.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de contraditório o PS argumentou que tem uma relação comercial duradoura com alguns dos fornecedores identificados no relatório inicial da ECFP e que esta relação lhe permite negociar melhores preços e obter vantagens competitivas, não tendo, contudo, apresentado elementos complementares que comprovem, por si só, que aquelas despesas foram realizadas ao valor de mercado à data.

Importa, assim, apreciar as várias situações em causa.

Relativamente à prestação dos serviços de aluguer de viatura de 9 lugares dos fornecedores Rego Costa & Tavares – Rent a Car, Autatlantis Rent a Car, Escola de Condução Ilha 3, Lda. e Viaturpico, Lda. e aos valores praticados por estes fornecedores damos por reproduzido o que no ponto 2.1. foi explanado sobre esta temática.

Assim, tendo em consideração a natureza dos serviços prestados – aluguer de veículos de 9 lugares nas ilhas da Região Autónoma dos Açores - e o facto destes serviços terem sido utilizados por mais que uma Candidatura para a eleição em causa, existindo evidências dos valores apresentados por vários fornecedores, situando-se os preços praticados pelos vários fornecedores abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 (50,00€ valor unitário) para as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, considera-se



ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço dos fornecedores Rego Costa & Tavares – Rent a Car, Autatlantis Rent a Car, Escola de Condução Ilha 3, Lda. e Viaturpico, Lda. se encontravam enquadradas pelos valores de mercado daqueles serviços, naquela data, e, consequentemente, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.

Quanto à prestação dos serviços de infomail pela empresa CTT Contacto, S.A.:

Para além do alegado pela Candidatura no âmbito do contraditório e da documentação de suporte existente nos presentes autos, importa ainda ter em consideração um conjunto de elementos que a ECFP tem acesso, por conhecimento oficioso, no âmbito dos processos de prestação de contas da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25-10-2020.

Assim no que concerne à prestação dos serviços de infomail pela empresa CTT Contacto, S.A., apesar de a candidatura não apresentar meios de prova que permitam, por si só, a comprovação inequívoca de ter sido utilizado o preço de mercado na distribuição de infomails, tendo em consideração a natureza dos serviços - infomails pelos CTT Contacto S.A - e o facto destes serviços terem sido utilizados pelas várias candidaturas para a eleição em causa, situando-se alguns dos preços praticados pela referida empresa (CTT Contacto) abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 para todas as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, como se pode constatar da documentação relativa a infomails junta pelas candidaturas (cfr. fls. 168 a 171 do presente PA; fls. 193 a 198 do PA 01/ALRAA/20/2020; fls. 171 a 172 do PA 07/ALRAA/20/2020; fls. 103 a 104 do PA 3/ALRAA/20/2020), considera-se ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço do fornecedor CTT Contacto S.A. se encontravam enquadradas pelos valores de mercado daqueles serviços, naquela data. Assim, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.

Relativamente às restantes despesas, que *infra* se indicam, analisado o alegado pela candidatura, constata-se que essencialmente invocam a existência de «uma relação comercial de alguns anos que permite economias de escala, conseguindo-se assim melhores preços» e «a especialização dos serviços prestados», sendo que não foram apresentados quaisquer



elementos de prova adicionais que sejam idóneos a afastar a presunção decorrente da Listagem n.º 2/2020, pelo que, subsistem nesta parte as irregularidades identificadas. Cumpre referir que relativamente ao fornecedor Amertema, Lda. os valores constantes da factura n.º 18/493 de 23-10-2020 apresentam-se acima dos valores de referência da Listagem, não sido junto qualquer elemento de prova que justifique tal situação.

Assim sendo, mantém-se as seguintes irregularidades:

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (S/IVA)
Propaganda	1. EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149857	02/09/2020	3.091,88	2.620,24	Postais "Vasco Cordeiro" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché mate de 250Gr, 8000 Qtd., 0,045€/Uni. ; Infomail carta "Terceira" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr, com 3 dobras 28500 Qtd., 0,0502€/Uni. ; Infomail carta "Graciosa" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2200 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Flores" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2500 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Corvo" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 300 Qtd., 0,3€/Uni. ; 2620,24€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€ ; Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	2. EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149856	02/09/2020	3.023,99	1.074,70	Infomail carta "São Jorge" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 6690 Qtd., 0,09€/Uni. ; Infomail carta "Santa Maria" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 4726 Qtd., 0,1€/Uni. ; 2562,70€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	3. EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149859	03/09/2020	3.953,00	3.350,00	Infomail São Miguel carta "Vasco Cordeiro" no formato 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 62700 Qtd., 0,0534€/Uni. ; 3350€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	4. EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149927	21/09/2020	1.980,04	1.678,00	Postais "Corvo" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 200 Qtd., 0,275€/Uni. ; Postais "Flores" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd. 0,075€/Uni. ; Postais "Faial" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 3000 Qtd. 0,059€/Uni. ; Postais "S. Jorge" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2500 Qtd. 0,066€/Uni. ; Postais "Graciosa" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd. 0,075€/Uni. ; Postais "Terceira" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 6000 Qtd. 0,049€/Uni. ; Postais "Santa Maria" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd. 0,075€/Uni. ; Postais "São Miguel" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 8000 Qtd. 0,045€/Uni. ; 1.678,00€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€
Comícios	5. Amertema- Org.Eventos,Lda	18/494	23/10/2020	5.854,71	1.043,31	Aluguer, montagem e desmontagem som nas viaturas campanha 1.043,31€ ; 9 Unid; 115,92/Unid.	Aluguer de equipamento: Equipamento de som,



em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (S/IVA)
							preço entre 200,00€ e 3.000,00€
Brindes	6. Empresa Diário Porto,Lda	780	22/09/2020	3.835,94	3.078,00	Blocos no Formato 65x120mm, com 25 fls – 51.300 Unid.; 0,06€/Unid. ; 3.078,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): Blocos acima de 50000 Unidades, preço entre 0,31€ e 1,72€
Brindes	7. Enterprom Unipessoal,Lda	1263	15/09/2020	20.442,605	13.845,00	T-Shirts Manga curta branca, logo 1 cor frente até A4 – 15.000 Unid.; 0,923€/Unid. ; 13.845,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 10.000 e 25.000 unidades, preço entre 1,11€ e 2,00€
Brindes	8. Amertema- Org.Eventos,Lda	18/493	23/10/2020	22.035,00	8.881,36	T-Shirts 155 grs Impressão cor área A 4, 4.000 Unid.; 2,22€/Unid. ; 8.881,36€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 1.000 e 5.000 Unidades, preço entre 1,20€ e 2,08€

Face ao exposto, mantém-se a irregularidade apurada quanto aos pontos 1. a 7. do quadro *supra*, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência do mercado das situações identificadas, representa uma receita em violação da previsão do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003.

Mantém-se também a irregularidade apurada quanto ao ponto 8. do quadro *supra*, no sentido de que a diferença (excesso) entre o valor de aquisição e o valor de referência do mercado da situação identificada, não representa uma despesa de campanha em violação da previsão do n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003.

2.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser



retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas as despesas efetivamente realizadas.

In casu, a Candidatura registou no “Mapa M9 – Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas”, no “Mapa M12 – Conta – Despesas de Campanha – Outras” e na contabilidade, concretamente nas subcontas “2211117 – Fornecedores – Anacom – Aut.Nac.Com.” e “22116017 – Viaturpico, Lda” (cfr. fls. 29 conjugado com fls. 46, 52 e 61 do PA e fls. 113 e 136 do Anexo I do PA), as seguintes despesas sem suporte documental:

Em EUR

Tipo de despesa	Fatura	Fornecedor	Data	Descritivo	Valor
Outras despesas	-	Anacom-Aut.Nac.Com.	31/10/2020	Pagamento à Anacom	50,00
Comícios	2000179	Viaturpico, Lda	31/10/2020	Automóveis	1.652,00
Total					1.702,00

A não disponibilização de qualquer suporte documental impossibilita a certificação daquele registo de despesa e a comparação entre os valores despendidos em cada uma destas despesas e os valores constantes da Listagem n.º 2/2020.

Pelo exposto, a ausência de entrega da documentação de suporte das despesas identificadas representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:



4.3. Em anexo enviamos a requisição e faturas referente ao Aluguer de Viatura da Empresa ViaturPico - Aluguer de Automóveis, Lda.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de contraditório o PS anexou a requisição e a 2ª via da fatura “FT CV901/2000180” referente à despesa com o fornecedor “Viaturpico, Lda.”, relativa ao aluguer de uma viatura com 9 lugares no período de 13 de setembro a 23 de outubro, de 2020 (40 dias), cfr. fls. 242 a 244, do PA, da qual resulta o valor diário de aluguer de 41,30€, informação já disponibilizada anteriormente (cfr. fls 131 verso e 132, do PA), conforme referido no ponto 2.1. acima.

No entanto, continua sem ser apresentado qualquer suporte documental da despesa registada, de 1.652 EUR, a qual deveria ser titulada pela Fatura n.º 2000179, subsistindo a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP.

Quanto à despesa de 50 EUR, do fornecedor “Anacom - Aut.Nac.Com.”, designadamente a fatura respetiva, o PS não se pronunciou nem anexou qualquer documento suporte. Por conseguinte, subsiste, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP.

As duas situações descritas configuram uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

**2.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto
(Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)**

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.



Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão estar discriminadas por categorias e ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M9 – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” as seguintes despesas cujos descritivos apresentados, nas faturas que as suportam, se apresentam incompletos (cfr. fls. 29, 54, 55, 148 verso, 149 e 183, todas do PA):

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor do descritivo incompleto (c/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Comícios	LGM-Gestão de Sup.Pub.Unip.,Lda	2020/426	20/10/2020	5.366,64	1.416,00 (1.200,00 + 216,00)	Aluguer e Montagem de Mini, 1.200,00€; 4 Unid, 300,00€/Unid./ Total 1.200,00€ (s/iva)	Estruturas: Aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas — unidade/por mês
Comícios	Amertema-Org.Eventos,Lda	18/492	23/10/2020	33.456,52	835,44 (708,00 + 127,44)	Aluguer de estrutura Mini 2,40x1,75, 2 und., 354,00€/unid./ Total 708,00€ (s/iva)	Estruturas: Aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas — unidade/por mês

O suporte documental das despesas supra identificadas apresenta um descritivo insuficiente/incompleto, não contemplando o período temporal pelo qual estes meios foram alugados, impossibilitando o cotejo entre o valor de aquisição e os valores comparativos constantes da Listagem n.º 2/2020.



Tal situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.4. O Aluguer e montagens de minis pelas empresas LGM e Amertema foram valores para todos os meses da campanha, ao invés de serem faturado mês a mês.

Realçando ainda, que o PS tem por hábito fazer uma negociação integrada, para as diversas campanhas (nacionais, regionais, autárquicas europeias), e, pelo volume e dimensão, consegue obter condições mais favoráveis, mas sempre separando completamente as contas das campanhas.

Ademais, cremos ser bastante óbvio que os serviços que apelam a uma especial qualificação técnico política como a realização de serviços de consultadoria no âmbito da campanha eleitoral, filmagens, estudo gráficos, não podem deixar de ser adjudicados em função da qualificação e preparação das empresas prestadoras de serviços ou dos elementos que, em concreto, se propõem afetar à realização dos trabalhos em apreço.

Importa acrescentar que se trata, de serviços tecnicamente especializados, prestados com autonomia funcional e garantia de resultados concretos, identificados contratualmente, o que apela a conhecimento do ofício e das particularidades de campanha eleitoral, o que não é tão comum como se pensa encontrar disponível no mercado, ainda mais no mercado regional.

Acresce, ainda, que o acompanhamento de uma campanha eleitoral pressupõe um elevado grau de interação e de confiança pessoal, política e profissional entre os responsáveis políticos e os encarregados das tarefas técnicas e logísticas, o que não pode ser negligenciado e deve ser requerido e valorizado na altura da escolha das partes contratantes.

É a adequada consideração dessas preocupações que se espera e solicita da ECFP, face aos casos vertentes.

Como descrito, o PS e seu Mandatário Financeiro desenvolveram um aturado processo de negociação de condições e de preços com os fornecedores, que redundou nas contratações efetuadas.

Assim e face ao descrito, os preços praticados pelos fornecedores do PS resultam da própria dimensão de campanha do Partido Socialista, mas também da capacidade negocial, da exigência e dos objetivos de contenção de custos que o Partido erigiu em orientação política interna, o que não pode nunca ser motivo para censura ou descrédito.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de contraditório, a Candidatura veio prestar esclarecimentos, alegando que o período temporal para o qual estes meios foram alugados diz respeito a todos os meses em que a



campanha eleitoral ocorreu e que foi apenas emitida uma fatura por cada um dos fornecedores, em vez de faturas mensais. Porém, para além de não indicar expressamente qual o período temporal, não apresentou quaisquer elementos de prova corroborante do alegado (cfr. ponto 4.4. da resposta apresentada a fls. 240 do PA)., mantendo-se, em consequência, as irregularidades identificadas, uma vez que a incompletude do suporte documental das despesas impede fazer o cotejo com os valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

As duas situações descritas configuram, assim, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **Partido Socialista** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) incumprimento pela existência de despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 2.2.);
- b) incumprimento pela ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.3.).
- c) incumprimento relativo a deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto (ver ponto 2.4.)

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.



Lisboa, 17 de janeiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

Mafalda Bettencourt
(Vogal)

João Pires
(Vogal, ROC)